

REFERÊNCIA NACIONAL

Telefonia rural do Estado vira modelo no país

Recomendado pelo governo federal a outras regiões, plano capixaba dá desconto a operadora

▄ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@redgazeta.com.br

O Ministério das Comunicações está recomendando a outros Estados a adoção de um projeto-piloto de telefonia rural implantado pelo governo do Espírito Santo. “Made in” Espírito Santo, o plano oferece desconto de impostos a empresas que instalem infraestrutura para conectar, inicialmente, 10 distritos hoje sem cobertura.

A Vivo venceu uma concorrência aberta pela Secretaria de Agricultura e, em até seis meses, fará a instalação de antenas e da tecnologia nessas comunidades, às quais serão ofer-

tados serviços de telefonia móvel e de internet 3G.

Em audiência esta semana na Câmara dos Deputados, o ministro Paulo Bernardo (PT-PR) confirmou a indicação do modelo para Rondônia. O plano também seria indicado ao Pará e Mato Grosso do Sul, mas as limitações geográficas desses extensos Estados exigirão infraestrutura com satélite bancada pelo governo federal.

“O ministro parabenizou a iniciativa do Espírito Santo e tem dito aos Estados que se trata de um modelo barato e que terá compensação no futuro”, assinala o deputado Paulo Foletto (PSB), coordenador da bancada federal capixaba. Esse retorno virá a partir do consumo dos serviços de telefonia e inter-

net e dos impostos decorrentes desses serviços, além do valor agregado à produção agrícola local, observa o deputado.

PRAZOS

Vencedora da concessão para o 4G no Estado, a TIM vai demorar até 2016 para implantar telefonia (sem internet) de 450 Mhz de frequência. “A partir da metade deste ano, a TIM tem que completar 30% em um ano, mais 30% em outro ano e os outros 40% no ano seguinte, mas três anos é um século em termos de comunicação”, assinala Foletto, que chegou a conversar com a operadora com aval do governador Renato Casagrande.

Para não esperar tanto, o governo capixaba criou um modelo inédito con-



LAURO BRAGATTO/ASSESSORIA PAULO FOLETTO

Bernardo (centro) elogiou iniciativa do Espírito Santo em oferecer serviços

templando com serviços de voz e transmissão de dados esses primeiros 10 distritos, concorrência em que a Vivo se habilitou por ter mais infraestrutura no Estado, pontua Foletto.

Amparado em uma resolução do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), o Tesouro Estadual pode aderir a um sistema de crédito outorgado. Assim, pode descontar até 5% da receita recolhida de ICMS em projetos de benefício coletivo.

Neste caso, para cada

ponto instalado nos 10 distritos leiloados, o governo credita para a Vivo até R\$ 300 mil (o valor pode ser menor, a depender do custo de instalação da torre), renúncia fiscal que não impacta as finanças do Estado e vai proporcionar inclusão produtiva, geração de renda para o agronegócio, consumo e comunicação à população do campo, reforça Foletto.

“É uma dívida grande com a população do campo, que tem produção agrícola, precisa saber como es-

tá o clima, o preço na Ceasa para levar seu produto, se vale a pena colher ou não”, lista o parlamentar.

Na audiência da Câmara, apesar de considerar a solução capixaba válida, Bernardo reiterou que a resolução do problema de acesso nessas regiões passa também pela parte regulatória, ao prever a obrigatoriedade das empresas de atender distritos e regiões afastadas, como foi feito no edital do 450 Mhz, que vai levar voz e dados às áreas rurais.